“Abram a fronteira, coloquem meios de controlo em todos os postos fronteiriços e deixemos trabalhadores passar”

Autarcas e presidentes das câmaras do território transfronteiriço do rio Minho reuniram-se hoje na ponte velha de Tui para protestar contra o encerramento da fronteira com Portugal e exigir que se abram todos os postos fronteiriços existentes, sempre com os necessários controlos sanitários, para facilitar a circulação dos trabalhadores transfronteiriços.

Com as letras de SOS eles expressaram sua indignação e qualificaram de “escândalo” o facto de que, tendo em conta o que aconteceu na primeira vaga da pandemia, o mesmo erro tenha sido cometido novamente, abrindo apenas um único posto fronteiriço, “punindo” os trabalhadores – os únicos que podem cruzar a fronteira – obrigando a realização de desvios de quilómetros.

Os autarcas reuniram-se na ponte velha de Tui para criticar que os governos de Madrid e Lisboa “tenham cometido novamente o mesmo erro” da primeira vaga da pandemia.

O vice-diretor do AECT Rio Minho, Uxío Benítez, explicou que a reivindicação dos edis “é uma reivindicação justa, e por isso

estamos mobilizados aqui e continuaremos a mobilizar o que for necessário para que entendam que esta é uma fronteira que afeta muitas pessoas", pelo que foi pedido aos governos centrais que façam o mesmo que fizeram na primeira vaga da pandemia, quando depois de três mobilizações de autarcas nas pontes do Minho, todos os postos foram abertos na fronteira. "Espero que não tenhamos de fazer três novas mobilizações, e que com este apelo público que fazemos a Madrid e Lisboa possam entender o que se passa nesta fronteira e abrir os restantes postos fronteiriços", insistiu.

Para todos os mandatários daquele território "é um autêntico escândalo" que depois do que aconteceu,se torne a cometer exatamente o mesmo erro, que é deixar um único posto fronteiriço numa fronteira que – ainda que corresponda a apenas 5% dos 1.200 quilômetros de fronteira entre Espanha e Portugal (70) -, representa 50% do tráfego transfronteiriço.

> *"Esta é uma fronteira dinâmica, na qual existem muitas relações laborais, económicas, empresariais. Há muita mobilidade porque existe essa vida e essa economia que atravessa a fronteira…. Ainda assim decidiram deixar um só posto em Tui Valença na ponte nova", destacou Benítez com insistência*

Como consequência prática, sublinhou o nacionalista, os cidadãos trabalhadores transfronteiriços têm de percorrer grandes distâncias e fazer desvios "para fazer a única coisa que agora pode ser feita, que é ir trabalhar". "Tendo em conta atual situação económica, parece-nos um escândalo que os estados decidam não colocar guardas, para economizar esse custo, passando essa despesa aos trabalhadores", concluiu.

Por seu turno, o director do AECT e presidente de Vila Nova de Cerveira, Fernando Nogueira, apelou aos governos centrais para “deixarem de punir os trabalhadores”, insistindo que osagrupamentos e filas de veículos em quilómetros de espera “possam vir a potenciar os contágios”.

O autarca de Tui, Enrique Cabaleiro, também apelou à sensibilidade do Estado para mudar radicalmente a sua política de encerramento de fronteiras, que não contempla a realidade do território minhoto, segundo o seu ponto de vista, “por ver os problemas desde a centralidade sem estar atento às peculiaridades de cada território ”.

O presidente de Valença, Manuel Lopes, sublinhou ainda que o encerramento das fronteiras não passa de uma medida “simbólica”, visto que passam a atravessar a fronteira exatamente com o mesmo número de pessoas de antes:

trabalhadores devidamente credenciados e transporte de mercadorias. “Eles acabam por fazer milhares de quilómetros extrano final do mês e gastam o salário em custos de gasolina. Quase não compensa trabalhar em ambos os lados. No final de contas o rendimento é gasto em combustível e nas horas de desvios. Fechar os postos é uma medida que se revela errada”, disse.

O Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Rio Minho é composto por 400.000 habitantes de 26 concelhos, 16 galegos do sul da província de Pontevedra e 10 da região do Alto Minho, no norte de Portugal, com cerca de 6.000 trabalhadores transfronteiriços. No protesto de hoje (aprovado por unanimidade em assembleia na passada segunda-feira) participaram os mandatários com disponibilidade e não confinados: seis presidentes de câmaras portugueses e nove outros autarcas de Pontevedra.

Proibida a travessia na fronteira mesmo para protestos simbólicos

Uma manifestação pelo encerramento da fronteira entre os dois lados ocorreu no início do protesto. O evento teve início às 10 horas, quando os autarcas de ambos os lados caminharam desde os respetivos extremos da ponte velha sobre o Minho com a intenção de se encontrarem simbolicamente no meio da infraestrutura para representar a necessidade de união dos dois lados da fronteira.

No entanto, a reunião não foi possível. A polícia impediu a encenação e, embora se explicasse que se tratava de um ato simbólico, foi imposta uma separação de cerca de 20 metros entre os dirigentes galegos e portugueses, impossibilitando a fotografia conjunta.

Por fim, para dirimir o pequeno trecho que os separava, os representantes portugueses regressaram ao território português, retiraram as suas viaturas, passaram oficialmente o controlo de fronteira na ponte rodoviária (a um quilómetro), atravessaram a Galiza e seguiram até ao final da ponte antiga de Tui. Uma vez lá, todos os autarcas e presidentes de ambos os lados do Minho tiraram a foto conjunta para exigir a união do território.